

EDUCAÇÃO SUPERIOR INCLUSIVA: ENSINO DE CONTABILIDADE BÁSICA PARA ESTUDANTES COM DIVERSIDADE SURDA

*INCLUSIVE HIGHER EDUCATION: BASIC
EDUCATION CONTABLE FOR ESTUDIANTES
CON DIVERSIDAD SORDA*

José Antonio Marcelino **1**
Gina Viviana Morales Acosta **2**

Resumo: A entrada de alunos com diversidade de Surdos no ensino superior é uma realidade crescente no Brasil. A metodologia qualitativa e exploratória utilizada, baseada em uma revisão bibliográfica em contextos universitários inclusivos, para o ensino de contabilidade básica. Constatou-se que é necessário avançar na pedagogia Surda [visual] e no desenvolvimento de adaptações comunicativas do vocabulário pedagógico básico da contabilidade em Libras.

Palavras-chave: Educação de Surdos. Ensino da Contabilidade. Língua de Sinais. Tradução.

Abstract: The entrance of students with diversity of Deaf people in higher education is a growing reality in Brazil. This study aimed to review the literature on visual didactics and how it can contribute to the teaching of basic accounting for university students with diversity of Deaf people. The qualitative and exploratory methodology used, based on a bibliographic review in inclusive university contexts, for teaching basic accounting. It was found that it is necessary to advance in deaf [visual] pedagogy and in the development of communicative adaptations of the basic pedagogical vocabulary of accounting in Libras.

Keywords: Deaf Education. Accounting Teaching. Sign Language. Translation.

Doutorando em Educação pela Universidad SEK (USEK-Chile). Docente **1**
da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7563081803074347>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6288-6108>.
E-mail: josemarcelino@uenp.edu.br

Doutora em Ciências da Educação pela Universidad de Santiago, Chile **2**
(USACH). Docente e pesquisadora da Universidad de Antofagasta (UA-Chile).
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2573-1235>.
E-mail: agafano@yahoo.com

Introdução

Levando em consideração a relevância do assunto proposto, vale destacar que a escrita de Surdo(a) com letra maiúscula, deve-se ao posicionamento comunicativo e ao respeito à cultura surda que norteia este estudo e consequentemente o leitor.

A democratização do acesso tem aumentado a participação do Público-alvo da Educação Especial (PAEE) em Instituições de Ensino Superior (IES) de diversos países membros das Organizações das Nações Unidas (ONU). No Brasil, já é possível perceber este grande avanço da participação dos PAEE no Ensino Superior, fato este que ocorreu tendo em vista as políticas públicas na área da Educação Especial (BRASIL, 2008d).

Estes importantes avanços ocorridos na legislação brasileira alinhados acordos internacionais, com pautas voltadas para o PAEE trouxeram grandes desafios as universidades, uma vez que a educação inclusiva tem por objetivo inserir no sistema de ensino pessoas excluídas, como pessoas com deficiência, distúrbios e pessoas excluídas por gênero, raça, cor ou outros motivos (BRASIL, 2009e).

A educação superior é um direito constitucional, com o objetivo de formação das pessoas e, por consequência, o desenvolvimento da sociedade (SOBRINHO, 2013). Assim, a participação de alunos com diversidade Surda nos cursos de Ensino Superior no Brasil já é uma realidade. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP apontam que, no ano de 2018, haviam 2.235 alunos matriculados em instituições de ensino superior (IES). Este número ainda está muito longe de ser satisfatório, sendo necessário maior envolvimento e sensibilização das IES para que este número possa ter maior representatividade.

Nas IES com curso de bacharelado em Ciências Contábeis, esse público também já se faz presente. Sendo a contabilidade considerada uma subárea dentro das Ciências Sociais, esta é influenciada pelo ambiente que atua, buscando assim, se adaptar dentro do contexto do qual está inserida, podendo ser, econômico, político ou social.

A formação dos contadores para o exercício da profissão ocorre, essencialmente, nos cursos de graduação. Sendo assim, o professor atua como agente do processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo um espaço de construção e troca de conhecimento, muitas vezes por meio de aulas expositivas dialogadas.

Sendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) a língua materna da comunidade Surda brasileira, reconhecida como meio legal de comunicação e expressão pela Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002b). A Libras é uma língua visual espacial, representando por si só as possibilidades que traduzem as experiências Surdas, ou seja, as experiências visuais. Os Surdos veem a língua que o outro produz por meio do olhar, das mãos, das expressões faciais e do corpo, é uma língua vista no outro.

Com a inclusão de alunos com diversidade Surda no ensino superior, os docentes devem se utilizar dos recursos visuais dentro de suas propostas pedagógicas, para que assim despertem o interesse e a curiosidade dos educandos. Dispõe o Decreto nº 6.949 (BRASIL, 2009c), este orienta que os materiais de ensino sejam disponibilizados nas “línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social”. Neste sentido, como é possível estabelecer relação de construção do conhecimento uma vez que não há sinais/termos específicos da área da contabilidade?

Diante deste contexto a pesquisa apresenta o seguinte questionamento: A Didática Visual pode auxiliar no processo de ensino de contabilidade básica para os estudantes universitários com diversidade Surda em contextos inclusivos? Temos como objetivo geral descrever como a Didática Visual pode contribuir para o ensino da contabilidade básica para os estudantes universitários com diversidade Surda.

Nas próximas seções, vamos apresentar antecedentes internacionais, nacionais e estudos já desenvolvidos sobre a Educação Superior Inclusiva, Didática Visual e o Ensino da Contabilidade. Nossa revisão teórica, será fundamentada sobre três eixos: Educação Superior Inclusiva, Didática Visual e o Ensino da Contabilidade com o enfoque nos alunos com diversidade Surda.

Educação dos Surdos e Diretrizes das Organizações Internacionais

Através Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em seu art. Nº 26 foi reconhecido que todo o ser humano tem direito ao ensino gratuito, ao menos no ensino inicial. É reconhecido pela DUDH a dignidade inerente a todos os membros da família com direitos iguais e intransferíveis sendo o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo (ONU, 1948).

Por meio da Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, são assegurados e garantidos seus direitos semelhantes aos demais cidadãos, qualquer que seja a sua natureza, origem ou gravidade da deficiência (ONU, 1975a).

A Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) traz um novo olhar para a educação principalmente para os educandos que possuem algum tipo de deficiência, no momento em que apresenta a educação acessível a todos, proponto transformações nas práxis pedagógicas, bem como assegurar a inclusão e sua permanência na instituição escolar.

O artigo 11 da Unesco (1990) discorre sobre a complexidade e diversidades do processo de aprendizagem, as quais requerem diversas estratégias, que podem envolver a sociedade, parceiros e colaboradores em parceria com as autoridades, educadores e trabalhadores da área educacional (famílias, professores, comunidades, empresas privadas, organizações governamentais e não governamentais, instituições) que devem participar “ativamente na planificação, gestão e avaliação das inúmeras formas assumidas pela educação básica” (UNESCO, 1990, art.11).

A Convenção de Guatemala (1999) acrescentou aos documentos anteriores a necessidade de se prevenir e de se eliminar todas as formas de segregação contra as pessoas com algum tipo de deficiência e propiciar sua plena integração. Essa equiparação visa o acesso e sua promoção, fazendo um movimento de inclusão fundamentado no princípio da diversidade.

Diretrizes das Organizações Nacionais

As políticas educacionais brasileiras são o suporte indispensáveis para garantir o direito ao acesso à educação a todos e a não discriminação por qualquer que venha ser o motivo, sejam eles de aspecto físico ou comportamental que fujam os padrões desejados pela escola tradicional.

A Constituição Federal de 1998, destaca em seu artigo 205º que a educação é um direito de todos, a qual será realizada com o incentivo e colaboração de toda sociedade. Em seu art. 208º, no capítulo III destaca: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Com relação a responsabilidade dos sistemas de ensino, em seu artigo 59 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDBEN) Lei Nº 9.394 de dezembro de 1996, afirma que esses sistemas devem assegurar atendimento especializado aos alunos com necessidades educativas especiais. Deverá proporcionar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender às suas necessidades, bem como a terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências (BRASIL, 1996a).

Foi através de uma nova redação originária da Lei Nº 12.796/2013, que deu nova escrita a LDBEN/1996, a Educação Especial: é entendida como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar, e compreende como público-alvo os alunos com deficiência (entre eles os Surdos), transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2013g).

Através do Decreto Nº 5.626, de 2005 trouxe a regulamentação a Lei Nº 10.436/2002 que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras) (BRASIL, 2002a).

Como a educação de Surdos no Brasil, atualmente, é pautada no bilinguismo, o qual propõe o ensino de Libras como primeira língua (L1) e português como segunda língua (L2), em escolas bilíngues ou classes bilíngues. Entretanto, o modelo educacional brasileiro como os de-

mais países é regido por um processo, e nesse processo, as políticas públicas educacionais são peça-chave, instituídas com o objetivo de fazer valer os direitos dos alunos (SANTOS, 2018).

Por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008d), vem ao encontro do propósito de mudanças no ambiente escolar e nas práticas sociais/institucionais para promover a participação e aprendizagem dos alunos com surdez na escola comum. Além de abordar quais alunos podem ser atendidos pela Educação Especial, essa política especifica as peculiaridades do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e como o referente atendimento deve ser ofertado.

No que tange à Educação Superior, o Decreto Nº 6.949/2009 estabelece, em seu artigo 24, que os Estados garantam às pessoas com deficiência o acesso a esse nível de ensino e à formação profissional e continuada. Também orienta que os Estados participantes efetivem o direito à educação dessa população sem discriminação, em igualdade de oportunidades, em todos os níveis de ensino e ao longo de toda a vida (BRASIL, 2009e, Art. 24).

A Lei Nº 12.319, de 1 de setembro de 2010, vem regulamentar a profissão do tradutor intérprete de Libras. Especifica quais as atribuições do tradutor intérprete de Libras e fala sobre a formação necessária desse profissional, (BRASIL, 2010f). O conteúdo principal dessa lei objetiva explicitar as atribuições do tradutor intérprete de Libras e especifica, também, a formação necessária para a profissão.

Vamos apresentar alguns estudos correlatos em busca no Brasil e Latino-americano.

Estudos Anteriores

No tocante a Educação Superior Inclusiva, Dalton *et. al.* (2019) apontam questões centrais e específicas que impulsionam o desenvolvimento dessas ações, como: necessidade reconhecida de acesso à educação para todas as pessoas em todo o mundo; equidade nos direitos e oportunidades educacionais; e o direito reconhecido de receber acomodações adequadas e apropriadas e suporte para todos os alunos.

Em concordância com as diretrizes legais, as universidades brasileiras vêm executando um conjunto de ações para favorecer o ingresso, a permanência e o apoio pedagógico de estudantes com deficiências em seus cursos de graduação (PLETSCH; LEITE (2017).

Referente a Didática Visual, diversos professores e pesquisadores afirmam que os alunos Surdos são aprendizes visuais. E quando as práticas docentes estão alinhadas aos estilos de aprendizagem destes, o processo de aprendizagem se torna mais eficaz, pois correspondem aos estilos de aprendizagem deles (MARSCHARK *et. al.*, 2013, 2017).

É proposto por Campello (2007), que se use intensamente a visualidade na educação dos Surdos e defende uma “pedagogia visual”, explicada como aquela que faz uso da língua de sinais e elementos da cultura Surda.

O conhecimento do estilo de aprendizagem pode otimizar e facilitar a compreensão dos conteúdos pelos alunos, contribui Jawed *et. al.* (2019).

Dentro desta mesma linha, corroboram Dias e Schmidt (2019) afirmam que o uso de materiais didáticos visuais tem sido usado como estratégia para facilitar e aproximar os alunos Surdos sobre os conteúdos e processo ensino aprendizagem, pois traz significado aos conteúdos apresentados.

Assim, se vê o fazer pedagógico colocando em movimento também a atividade do professor, oferecendo posições para problematizar e ainda levantar questionamentos sobre como o ensino motiva a questão política e cultural do ou no sujeito da educação (PERLIN; REZENDE, 2011).

Com relação ao ensino da Contabilidade Básica, percebemos é que alunos e professores encontram reais dificuldades para o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que os conhecimentos técnicos apresentados pelo professor nas turmas com alunos Surdos, não possuem Sinais referente aos termos utilizados (GOMES, 2018). Sem o sinal em Libras, o aluno não consegue apreender o conceito total do termo e relacioná-lo com outros elementos (SANTOS, 2018).

É apontado por Castro Júnior (2014) que sinais-termo nas áreas de especialidades são fundamentais. O autor acredita também na importância da existência de glossários e dicio-

nários em Libras para livre acesso, inclusive, sobre barreiras linguísticas nas diversas áreas de especialidades.

Caminho para Educação Superior Inclusiva

Foi na década de 1990 que importantes movimentos políticos contribuíram para um cenário em que discussões e decisões voltaram-se com mais veemência às problemáticas intrínsecas ao Público-alvo da Educação Especial (PAEE) em Instituições do Ensino Superior (IES) (CABRAL, 2017).

Questões centrais e específicas que impulsionam o desenvolvimento dessas ações: como a necessidade reconhecida de acesso à educação para todas as pessoas em todo o mundo, de equidade nos direitos e oportunidades educacionais, e o direito reconhecido de receber acomodações adequadas e apropriadas e suporte para todos os alunos, aponta Dalton *et. al.* (2019).

Com o movimento da educação no sentido de proporcionar educação geral a todos os alunos no ambiente mais “normalizado”, adquirir conhecimento de aprendizagem inclusiva e realmente implementar políticas e estratégias de educação inclusiva é fundamental para o sucesso.

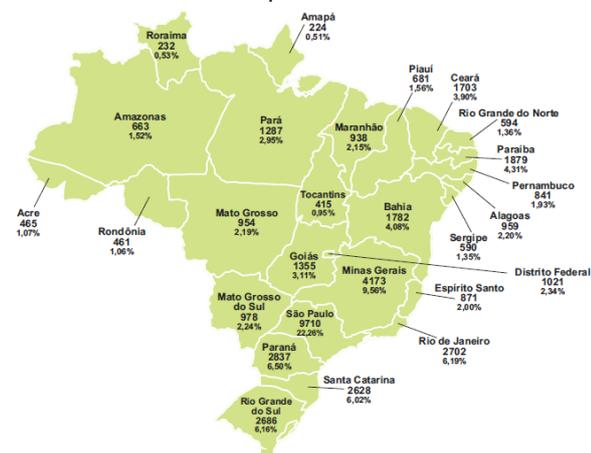
A proposta da Educação Inclusiva é proporcionar aos estudantes com necessidades educacionais especiais se sentirem integrantes de igual valor no corpo discente das instituições (SOARES; SOARES, 2019).

Em concordância com as diretrizes legais, as universidades brasileiras vêm executando um conjunto de ações para favorecer o ingresso, a permanência e o apoio pedagógico de estudantes com deficiências em seus cursos de graduação, são contribuições de Pletsch e Leite (2017).

Através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva passam a ser garantidas, dentre outras coisas, “[...] a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior e a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino [...]” (BRASIL, 2008d, p. 14).

E como pode ser observado abaixo na Figura 01: Matrículas de Alunos Portadores de Necessidades Especiais nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância distribuídos por Estado Brasileiro, os alunos estão em todo território nacional, onde pode se destacar o estado de São Paulo com 22,26% do total de matrículas do país, logo depois o estado de Minas Gerais com 9,56%, Paraná com 6,50%, Rio de Janeiro com 6,19%, Rio Grande do Sul com 6,16% e Santa Catarina 6,02%, onde estes estados são os que mais possuem número de estudantes matriculados durante o ano de 2018 Portadores de Necessidades Especiais.

Figura 01. Matrículas de Alunos Portadores de Necessidades Especiais nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância distribuídos por Estado Brasileiro.



Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do MEC

(Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior>. Acesso em: 02

dez. 2019).

Nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais os mesmos estados possuem cursos de graduação e especialização (lato sensu e stricto sensu) dentro da perspectiva da educação inclusiva, deficiências físicas, auditiva, surdez, intelectuais, visual, transtorno global de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

As quais foram motivadas pela participação das frentes “Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda” em vista da luta por Escolas Bilíngues para Surdos (Libras e Português-Escrito), previstas nos termos Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a Lei de Libras e o Decreto Nº 5.626 (BRASIL, 2005c).

As entidades também se fazem presentes em favor da garantidas dos direitos, como Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul FADERS; ACATILS – Associação Catarinense de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais; ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego; NED – Núcleo de Estudos sobre Deficiência e SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Ministério da Educação; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis); Instituto Nacional de Educação dos Surdos INES, as quais tem como objetivo promover a produção, desenvolvimento e divulgação nacional de conhecimento tecnológicos e científicos sobre a surdez, bem como garantir o completo desenvolvimento da pessoa Surda, o respeito aos seus direitos e sua plena socialização.

Para que se tenha condições de atender os alunos com deficiências, se faz necessário que as instituições venham estar dispostas a enfrentar este desafio, sejam elas de espaços físicos, comunicacionais, pedagógicas, atitudinais, visando à criação de núcleos de acessibilidade e meios de combate às práticas excludentes por parte de colegas, funcionários e professores. Larrosa (2003) aponta que: “[...] teremos que aprender a viver de outro modo, a pensar de outro modo, a falar de outro modo, a ensinar de outro modo”.

Percebe-se, portanto, a necessidade de entender a inclusão como uma totalidade na diversidade, para que os quatro pilares propostos pela UNESCO para a educação: o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, possam constituir realidade e prática pedagógica no Ensino superior.

Abordaremos na sequência o ensino e a Didática Visual.

Ensino e Didática Visual

Vários autores buscam identificar e discutir sobre as várias técnicas e modelos de metodologias educacionais existentes, que teriam como um único fim a melhoria da educação. A didática é definida por Perlin e Rezende (2011) como sendo um conjunto de comportamentos, atitudes e valores de que o professores se utilizam e através do qual consegue aproximar o aluno do conhecimento.

O uso da linguagem de sinais Libras como forma de comunicação entre a comunidade Surda, faz necessário que o docente busque estratégias didáticas para assim construir o conhecimento. Morales-Acosta (2019) aponta que no momento que o docente consegue perceber a importância da língua na formação do educando, se tem um novo olhar sobre as formas de comunicação em sala de aula.

A Didática Visual é apontada como uma metodologia de ensino para Surdos, pautada na utilização dos recursos visuais, espaciais e na língua de sinais, os quais contribuem para a interpretação e da significação em uma dada cultura (CAMPELLO, 2007).

A utilização de recursos visuais como suporte para tal aquisição, atualmente nomeada Pedagogia Visual, tem se apresentado como uma prática pedagógica que visa à garantia da aprendizagem significativa para essa parcela da sociedade (DA HORA CORREIRA; NEVES, 2019).

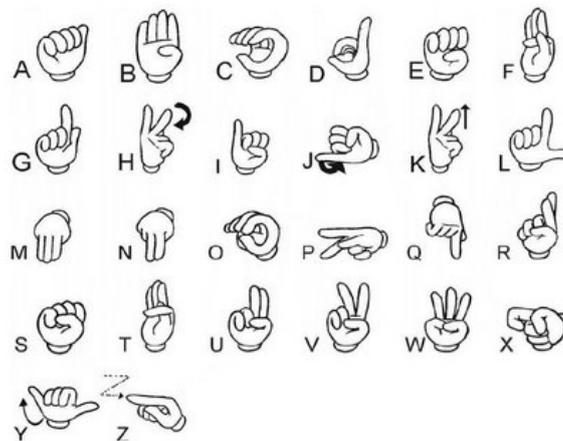
Para De Lacerda; Dos Santos e Caetano (2011), o uso dos recursos visuais na prática pedagógica docente é de grande importância para o ensino do aluno Surdo, pois é possível a exploração das várias nuances da imagem, signo, significado e semiótica visual na prática pedagógica cotidiana, proporcionando subsídios para ampliar os “olhares” aos sujeitos Surdos e à sua capacidade de captar e compreender o “saber” e a “abstração” do pensamento imagético.

A figura visual, tanto a representação abstrata quanto a figurativa ou pictográfica, traz consigo o potencial de ser aproveitada como recursos para transmitir conhecimento e desenvolver raciocínio (REILY, 2003).

De Oliveira *et. al.* (2017) comentam que esse posicionamento sobre as imagens deve ser considerado no contexto da educação de Surdos, principalmente em razão do apelo ao uso da linguagem visual na escolarização desse alunado. Outros pesquisadores destacam ainda que tais sujeitos necessitam de diretrizes da linguagem visual para significar o mundo por meio da Libras e compreendendo que a própria cultura Surda se traduz de forma visual (REILY, 2003 e NERY 2004).

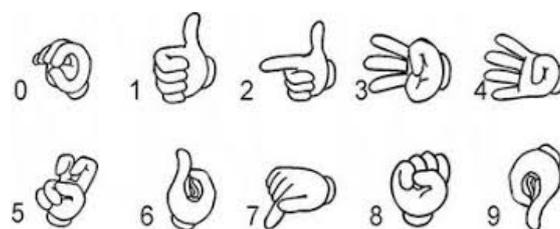
Estas referências são necessárias sejam elas para a leitura do alfabeto ou dos números, uma vez que ela é totalmente visual e existem particularidades que devem ser preservadas para que o educando Surdo venha adquirir os conhecimentos necessários para construção do conhecimento, como poderemos observar nas figuras 02 e 03.

Figura 02. Alfabeto Manual em Libras



Fonte: A Imagem do pensamento – Libras, página 9 – Segala e Kojima (2012)

Figura 03. Número Manual em Libras



Fonte: A Imagem do pensamento – Libras, página 9 – Segala e Kojima (2012)

A datilologia tem a função de permitir a soletração das palavras e dos números ao Surdo, onde ela é utilizada para palavra que ainda não possui sinal representativo. Onde cada configuração correspondendo a uma letra do alfabeto do português escrito.

Assim, o Surdo pode significar o mundo por processos semelhantes aos dos ouvintes, através de uma estrutura linguística que permite compreender, dar sentido a fatos, objetos, sentimentos e emoções, pois a língua é o requisito básico para as ações educacionais, possibilitando a comunicação, o pensamento generalizante (VYGOTSKY, 1989), a inserção social e cultural.

Dada à característica visual da língua de sinais, essa discussão deve se fazer presente no campo da surdez; nesse sentido, Reily (2003) enfatiza a importância de educadores da área refletirem sobre o papel da imagem no processo de escolarização de Surdos.

Na próxima seção, falaremos sobre o ensino da contabilidade e os saberes necessários.

Ensino de Contabilidade e os saberes necessários

Os desafios de como ensinar estão a cada dia mais voltados para as necessidades e realidades dos discentes e do ambiente no qual estão inseridos. Dentro de uma profissão técnica como a contabilidade, a qual passa por constantes transformações devido às mudanças no âmbito socioeconômico, preparar profissionais qualificados com competências e habilidades são desafios para os docentes (BOLZAN, 2018).

Diante dos saberes necessários propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, os docentes das IES tendem a atuar com uma grande diversidade de alunos, sejam elas motivacionais, expectativas, experiências diversas, idades diversificadas e níveis cognitivos distintos. Assim, se faz necessário o profissional docente se reconstruir para que possa alinhar seus saberes com as gerações que estão chegando, os jovens chegam ao ensino superior com facilidades jamais vistas em tempos anteriores. E diante deste cenário é fundamental o docente estar preparado para tal situação.

O método de ensino mais utilizado no ensino superior de Ciências Contábeis no Brasil é o da aula expositiva (ou preleção) como é apontado por diversos autores. Segundo Marion (2001), está é uma metodologia carregada de problemas, conforme amplamente discutido na literatura, pois dirige a atenção exclusivamente ao professor, condiciona o aluno a uma posição passiva de ouvinte no processo de ensino-aprendizagem não despertando nele um espírito crítico, participativo e transformadora.

Sua prática didática, o docente tem que proporcionar ao aluno de graduação do curso de Ciências Contábeis condições de compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização. Ademais, apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas, bem como revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação (BRASIL, 2004).

O professor deve se conscientizar de que a aprendizagem dos discentes é o principal objetivo da graduação e que, para o exercício de docência em contabilidade, exigem-se competências específicas que vão além de um diploma de bacharel, uma vez que o professor é um contador técnico-especialista sem formação pedagógica e sem vivência acadêmica (MIRANDA; NOVA; CORNACCHIONE JÚNIOR, 2012).

Uma forma de ensino pode construir diferentes níveis de aprendizagem devido a várias condições subjetivas como o conhecimento prévio dos estudantes, a crença na sua própria capacidade, a disponibilidade para aprender (COLAUTO *et. al.* (2017), sejam elas: aulas expositivas; resolução de problemas; seminários; aulas práticas (laboratório); estudo de caso; jogos de empresas; trabalhos em grupo; e pesquisa, ele busca soluções aos seus problemas e anseios e projeção de vídeo ou áudios, método pode ser praticado por teleconferência, videoconferência, telão etc. (SANTOS, 2018). Ou seja, a escolha de uma estratégia didática deve considerar os objetivos do ensino, os recursos didáticos disponíveis e as características dos discentes.

Na sequência, abordaremos sobre o percurso metodológico, apresentando abordagem, objeto e a estratégia adotada.

Percurso Metodológico

A pesquisa tem enfoque qualitativa, exploratória, com revisão bibliográfica em contextos universitários que promova a inclusão de alunos com diversidade Surda para o ensino e aprendizado da contabilidade básica. Teve como orientação para o enfoque qualitativo Denzin e Lincoln (2006), que a conceituam que a pesquisa qualitativa tem uma tratamento interpretativa do cenário estudado, o que significa que seus investigadores buscam as coisas em seu contexto natural, tentando conhecer os fenômenos em termos de importância que as pessoas a eles reconhecem.

Os dados secundários foram coletados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos da Capes e Google Scholar, no período de janeiro de 2015

a janeiro de 2020. O critério de pré-seleção dos artigos foi: a partir dos trabalhos que apresentavam no “Título” ou na “Palavras-chaves” um ou mais termos: “Didática Visual”; “Ensino da Contabilidade básica”; e “Educação Superior Inclusiva”.

Em seguida, foi realizada a leitura dos resumos dos trabalhos elegíveis. Assim, foram selecionados 10 trabalhos, distribuídos 3 abordando a educação superior inclusiva, 3 na categoria didática visual e 4 sobre ensino de contabilidade e.

Concluída a fase de seleção dos trabalhos, passamos à fase de análise de conteúdo, no sentido de se conhecer e analisar os resultados encontrados nas pesquisas. Assim, de cada artigo foram extraídos os principais resultados e as contribuições apresentadas pela ótica dos autores.

Resultados e Discussões

Esta seção foi estruturada de forma a apresentar em primeiro lugar as informações referentes a categoria Educação Superior Inclusiva com enfoque nas práticas inclusivas, a categoria Didática Visual: recursos visuais e língua de sinais, recursos visuais, e, por fim, a categoria Ensino da Contabilidade Básica: práticas inclusivas e língua de sinais.

Educação Superior Inclusiva: práticas inclusivas

O estudo realizado por Carvalho (2015) mostrou ao analisar que é crescente o número de alunos com deficiência no ensino superior e que as condições nas instituições de ensino melhoraram nos últimos anos. Só que os facilitadores apontados pelos entrevistados não estão dentro da universidade, eles são construídos apenas com os amigos de sala. Identificou também a necessidade de melhor divulgação dos serviços existentes, a fim de que todos tenham consciência de seus direitos. Em sua conclusão aponta que ainda há muito a ser desenvolvido dentro das universidades para que se possa garantir o direito de educação a todos.

A pesquisa de Guzmán (2018) teve como objetivo de investigar as boas práticas de educação inclusiva no ensino superior. Os resultados da pesquisa mostraram que os entrevistados gostam de ensinar, procuram ter boas relações interpessoais com seus alunos, dominam os aspectos didáticos e o conteúdo das disciplinas que ensinam, ensinam claramente, são comprometidos, responsáveis e tomam ações para facilitar o aprendizado de seus alunos, aplicando estratégias diferentes.

O estudo de Souza (2019) ao explorar identificou que a inclusão no ensino superior ainda é um desafio e se encontra em processo de construção, apontou que tem a existência de práticas inclusivas dos docentes na sala de aula, porém, são necessários avanços nas barreiras atitudinais, comunicacionais, pedagógicas e metodológicas.

Soares e Soares (2019) afirmam é necessário para que as IES realizem a inclusão deste público, proporcionando espaço de integração entre os discentes e as instituições, procurando assim, diminuir todas as barreiras existentes. Corroborando, Larrosa (2003) relata que os professores, os pedagogos e a instituição de ensino como um todo deverão aprender a viver de outro modo, a pensar de outro modo, a falar de outro modo, a ensinar de outro modo.

Em síntese, ao analisar os resultados encontrados nos estudos acima citados, podemos perceber que o processo de inclusão no Ensino superior de alunos com diversidade Surda vem ocorrendo, mas é claro que ainda existem muitas barreiras, sejam elas de comunicação atitudinais, pedagógicas e metodológicas. Assim, podemos concluir que a inclusão dos alunos com diversidade Surda no ensino superior ainda está em construção no Brasil.

Didática Visual: recursos visuais e língua de sinais

A autora Gomes (2018) constatou que pedagogia visual embasadas na experiência visuais para Surdos, contribuem para um melhor aprendizado. Relatou também que devido à aquisição tardia da língua de sinais os alunos apresentam dificuldades para compreender a Libras, sendo necessária a mediação pedagógica, o uso de vídeos e ilustrações embasados na pedagogia visual para contribuir com a compreensão do conteúdo pelos alunos.

Os autores Oyorzabal *et.al* (2019) identificaram que a falta de sinais termos em língua de sinais traz uma grande dificuldade para a construção do conhecimento para estudantes com surdez. A utilização de estratégias didáticas visuais, bilinguismo, apoio do intérprete e recursos tecnológicos aos alunos Surdos proporcionaram maior acesso à informação e liberdade de comunicação.

Os autores Da Silva Gomes e Sousa (2019), ao explorar as metodologias adaptadas e o uso recursos imagéticos no ensino para Surdos, observaram melhora significativa a compreensão dos conceitos trabalhados em sala de aula, trazendo assim maior significado ao processo de ensino aprendizagem dos alunos com surdez.

Diante dos resultados apresentados foi percebido que a utilização dos recursos visuais e da língua de sinais são fundamentais para o processo de formação do conhecimento dos alunos com diversidade Surda.

Da Hora Correira e Neves (2019) afirmam que a utilização dos recursos pedagógicos visuais apresenta uma grande vantagem dentro do processo de construção do conhecimento dos alunos com diversidade Surda. Pois, uma vez que existe uma linha de comunicação clara entre o aluno e o professor, reconhecendo sua forma de comunicação com o mundo e na sala de aula, ou seja, a língua de sinais, se faz presente o processo de ensino (MORALES-ACOSTA & AGUILAR-CARO, 2018; MORALES-ACOSTA, 2019). Diante desta perspectiva, concluímos que a utilização da didática visual atrelada a língua materna do aluno Surdo auxilia no processo de aprendizagem.

Contabilidade Básica: ensino da contabilidade e língua de sinais

Em sua pesquisa, Friedrich (2019) encontrou que não existem sinais-termos específicos para o ensino de contabilidade. Assim, o autor apresentou como solução para facilitar o ensino de contabilidade para alunos Surdos um glossário em Língua Brasileira de Sinais – Libras, trazendo o par linguístico: língua portuguesa e a língua brasileira de sinais, tendo como foco a produção de sinais-termo específicos do curso de Administração para o ensino de contabilidade básica. O glossário apresenta 102 sinais-termos de 25 palavras.

O estudo de Santos e Costa (2019) ao explorar a pesquisa descobriram que existe uma barreira da linguagem, falta de conhecimento e de sensibilidade em relação à surdez. Identificaram resistência com relação às adaptações possíveis de estratégias de ensino, de materiais e de utilização de recursos que facilitam a aprendizagem para alunos Surdos, uma defasagem do conhecimento escolar anterior; a relutância por parte de algumas instituições em ofertar o intérprete. Foi reconhecido também que as aulas muito faladas, desorganização na escrita do quadro e costumes como o de falar andando pela sala, falar de costas para os alunos, escrever no quadro e explicar ao mesmo tempo ou utilizar vídeos sem legendas, dificultando a tradução por parte do intérprete e uma possível ajuda vinda de uma leitura labial ou um aparelho de amplificação sonora. A falta de sinais para representar os termos técnicos e a interação entre o aluno com surdez e o professor ou aluno ouvinte, que se mostra de forma bem superficial, na maioria dos discursos, prejudicando a troca de conhecimento e experiências e o comprometimento dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem de contabilidade. Os autores concluíram que é necessário um repensar sobre as metodologias de ensino de contabilidade dentro desta perspectiva da inclusão de alunos com surdez no ensino superior.

O estudo de Alves (2019) demonstrou que é necessária uma comunicação antecipada, por parte da instituição de ensino e de seus órgãos, da presença de estudantes com deficiências matriculados. A necessidade de diálogo prévio para que venha ser possível adotar práticas inclusivas que visam compreender suas limitações e possibilidades, preferencialmente antes do início do semestre letivo. Está realidade trazem barreiras atitudinais, de comunicação e metodológicas.

Foi percebido pelos resultados encontramos que o ensino da contabilidade e a utilização da língua de sinais apresentam grande barreiras, sejam elas pela linguagem, o conhecimento e a sensibilidade dos professores e da instituição em relação à surdez, e uma resistência com relação às adaptações possíveis de estratégias de ensino, de materiais e de utilização de

recursos que facilitam o ensino para alunos Surdos.

O autor Bolzan (2018) aponta que são grandes os desafios encontrados pelos professores, sejam eles didáticos ou metodológicos, uma vez que suas práticas devem ser adaptadas às necessidades e realidades dos discentes e do ambiente onde estão inseridos.

Uma vez que não existem sinais-termos específicos da área, ocorrerão maiores dificuldades de compreensão. Seja o aluno Surdo ou até mesmo intérprete, suas utilizações são fundamentais para o discente do curso de ciências contábeis tenha condições de compreender as questões técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização (CASTRO JÚNIOR, 2014). É possível assim concluir que ensino de contabilidade para alunos com diversidade Surda apresentam grandes desafios, tanto para o professor como para o aluno, uma vez que há barreira de comunicação entre os mesmos, seja pela parte didática de aplicação dos conteúdos e/ou pela falta de sinais-termos em língua de sinais específicos para a área de contabilidade.

Considerações Finais

Com relação as Instituições de Ensino superior, espera-se que as mesmas busquem maior comprometimento na aplicação das Leis de direitos dos discentes com diversidade Surda.

Foi percebido que ao utilizar didática visual, elas favorecem o ensino dos alunos com diversidade Surda, pois traz maior familiarização com língua materna, uma vez que o aluno Surdo tem facilidade de compreensão através do uso das imagens.

É necessário também que haja a tradução dos termos utilizados no ensino da contabilidade básica em língua portuguesa para língua de sinais, criando assim sinais-termos específicos da área. Assim, diante da implantação dos sinais-termos, é necessário que os professores tenham maior atenção em suas práxis pedagógicas, para dar maior atenção e compreensão a cada aluno, atentando as suas particularidades.

A pesquisa apontou como limitação cautelosa na interpretação dos resultados uma vez que você abordou somente a diversidade Surda. Como o enfoque foram os alunos com diversidade Surda, seria relevante investigar outras deficiências, com a possibilidade de conhecer se já existem estratégias específicas de auxílio na construção do conhecimento.

O estudo não pretende se encerrar, mas certamente será um ponto de partida para futuras pesquisas que queiram aprofundar discussões acerca do tema, principalmente relacionados ao desenvolvimento de novas metodologias e recursos para o ensino da contabilidade para alunos com diversidade Surda.

É possível assim concluir que ensino de contabilidade para alunos com diversidade Surda apresentam grandes desafios, tanto para o professor como para o aluno, uma vez que há barreira de comunicação e compreensão entre eles, seja pela didática de aplicação dos conteúdos ou pela falta de sinais-termos em língua de sinais específicos para a área. Assim, a inclusão dos alunos Surdos no ensino superior ainda está em construção no Brasil, necessitando de maior comprometimento das Instituições de Ensino superior, saindo do estágio de inserção de aluno para prática da inclusão.

Referências

ALVES, Elisa Bárbara de Moraes et al. **Mãos que falam: reflexões sobre o processo ensino-aprendizagem de uma estudante surda na educação superior**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28478>. Acesso em: 16 ago. 2019.

BOLZAN, Giovana. **Competências docentes: um estudo com professores de graduação em Ciências Contábeis no Rio Grande do Sul**. 121 f. 2018. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Atualizada até a Emenda

Constitucional 99 de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. **Lei Nº 9.394/96: Diretrizes e Bases da Educação**. Brasil. 1996a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 09 set. 2019.

_____. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Lei da Língua Brasileira de Sinais; Lei de Libras. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília-DF, 25 abr. 2002b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. **Decreto Nº 5.626, 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília-DF, 22 dez. 2005c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEE, 2008d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. **Decreto Nº 6.949, 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília-DF, 26 ago. 2009e. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. **Lei Federal Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010** - Profissão de Tradutor e Intérprete Libras. Brasília-DF, 1 set. 2010f. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 18 nov. 2011g, Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. **Lei Nº 12.796, de 4 de abril DE 2013**. Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013h. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, Edição Extra, 26 jun. 2014i, Seção 1, Página 1.

_____. **Resolução CNE/CES 10, DE 16 de dezembro de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Brasília-DF, 2004.

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Inclusão do público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior brasileiro: histórico, políticas e práticas/Inclusion of Special Education's target audience in Brazilian Higher Education: History, policies and practices. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 22, n. 3, p. 371-387, 2017.

CAMPELLO, Ana Regina de Souza. Pedagogia visual/sinal na educação dos Surdos. **Estudos Surdos II. Petrópolis: Arara Azul**, p. 100-131, 2007.

CARVALHO, Cristina Linares Cintra de. **Pessoas com deficiência no ensino superior: percepções dos alunos**. 95 p. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2015.

CASTRO JÚNIOR, Gláucio de. **Projeto varlibras**. 2014. 259 f. Tese de Doutorado em Linguística. Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, 2014.

COLAUTO, Romualdo Douglas et al. Filmes no processo de ensino e aprendizagem. **Revolucionando a sala de aula: como envolver o estudante aplicando as técnicas de metodologias ativas de aprendizagem**, v. 1, p. 125-139, 2017.

DA HORA CORREIA, Patrícia; NEVES, Bárbara Coelho. A escuta visual: a Educação de Surdos e a utilização de recurso visual imagético na prática pedagógica. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 10-1-19, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X27435>. Acesso em: 16 ago. 2019.

DA SILVA GOMES, Fátima Letícia; SOUSA, Bento Bruno. Utilização de recursos da pedagogia visual no ensino de física para alunos Surdos: uma proposta metodológica para escola inclusiva. **Anais do Integra**, v. 2, 2019. Disponível em: <http://ojs.ifpi.edu.br/revistas/index.php/anai-sintegra/article/view/433>. Acesso em: 16 ago. 2019.

DALTON, Elizabeth M. et al. Inclusion, universal design and universal design for learning in higher education: South Africa and the United States. **African Journal of Disability (Online)**, v. 8, p. 1-7, 2019.

DE LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; DOS SANTOS, Lara Ferreira; CAETANO, Juliana Fonseca. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos Surdos**. Coleção UAB- UFSCar, p. 103-118, 2011.

DE OLIVEIRA, Gabriel Bertozzi et al. Images for the education of deaf students: Uses in formal and informal educational spaces/A imagem na educação de Surdos: usos em espaços formais e não formais de ensino. **Revista de Educação PUC-Campina**, v. 22, n. 1, p. 51-64, 2017.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**, v. 2, p. 15-41, 2006.

DIAS, Odon Bastos; SCHMIDT, Ana Paula Carvalho. Material didático visual no ensino de inglês como língua adicional para estudantes Surdos. **Linguagens e Cidadania**, Santa Maria, jul. 2019. ISSN 2674-6921. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/34536>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SOUZA MANHANI, Lourdes Pereira. As perspectivas do profissional contábil e o ensino da contabilidade. **Revista de ciências gerenciais**, v. 10, n. 12, p. 25-33, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17921/1415-6571.2006v10n12p25-33>. Acesso em: 16 ago. 2019.

FRIEDRICH, Márcio Aurélio. **Glossário em Libras: uma proposta de terminologia pedagógica (Português-Libras) no curso de administração da UFPel**. 2019 Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, 2019.

GOMES, Bianca Antônio. Pesquisa e desenvolvimento de Glossário de sinais em libras para termos técnicos das áreas de Fotografia, Animação e Design Gráfico. **Editor. Nuevas Ideas en Informática Educativa**, Volumen 14, p. 121 – 125, Santiago de Chile, 2018. Disponível em:

<http://www.tise.cl/Volumen14/TISE2018/121.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.

GUZMÁN, Jesús Carlos. Las buenas prácticas de enseñanza de los profesores de educación superior. **REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 16, n. 2, p. 133-149, 2018.

JAWED, Soyiba et al. Classificação de alunos visuais e não visuais usando atividades alfa e gama eletroencefalográficas. **Fronteiras em neurociência comportamental**, v. 13, p. 86, 2019.

MARSCHARK, Marc et al. Are deaf students visual learners?. **Learning and individual differences**, v. 25, p. 156-162, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.lindif>. Acesso em: 16 ago. 2019.

MARSCHARK, Marc et al. Don't assume deaf students are visual learners. **Journal of developmental and physical disabilities**, v. 29, n. 1, p. 153-171, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10882-016-9494-0>. Acesso em: 16 ago. 2019.

MARION, José Carlos. **O ensino da contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MORALES-ACOSTA, Gina V; AGUILAR-CARO, Aura I. **Diversidad sorda y violencia de género: restricción comunicativa en el uso de la lengua de señas en salud**. FEM (Ed. impresa), Barcelona, v. 21, n. 6, p. 309-313, 2018. Disponível em <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2014-98322018000600007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 25 jun. 2019.

MORALES-ACOSTA, Gina. Percepciones sobre la lengua de señas chilena en la educación de estudiantes Sordos: docente y codocente como sujetos históricos situados comunicativamente en el aula. **Revista Educación**, v. 43, n. 2, p. 65-83, 2019. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?pid=S2215-26442019000200065&script=sci_arttext. Acesso em: 16 ago. 2019.

MIRANDA, Gilberto José; NOVA, Casa; CORNACCHIONE JÚNIOR, Edgard Bruno. Os saberes dos professores-referência no ensino de contabilidade. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 23, n. 59, p. 142-153, 2012.

NERY, Clarisse Alabarce; BATISTA, Cecília Guarnieri. Imagens visuais como recursos pedagógicos na educação de uma adolescente surda: um estudo de caso. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 14, n. 29, p. 287-299, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2004000300005&script=sci_arttext. Acesso em: 16 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque, 1948. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>. Acesso em: 14 nov. 2019.

_____. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Nova Iorque. 1975. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423> Acesso em: 14 nov. 2019ª.

OYORZABAL, Sulma Bedai Nava et al. Bilinguismo, una forma de potenciar el aprendizaje en estudiantes sordos del Estado de Morelos. México, 2019. **Conisen Investigar para formar**. Disponível: <http://www.conisen.mx/memorias2019/memorias/7/P233.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

PERLIN, E. REZENDE; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. **Didática e educação de Surdos**. Florianópolis; UFSC, 2011.

PLETSCH, Márcia Denise; LEITE, Lúcia Pereira. Análise da produção científica sobre a inclusão no Ensino Superior brasileiro/Analysis of scientific production on the inclusion in Brazilian higher education. **Educar em Revista**, p. 87-106, 2017.

REILY, Lucia Helena. As imagens: o lúdico e o absurdo no ensino de arte para pré-escolares Surdos. **Cidadania, surdez e linguagem**. Cap. IX (pp.161-192). **São Paulo: Plexus**, 2003.

SANTOS, Bianca Ribeiro Lages. **O ensino de contabilidade introdutória e o desafio da linguagem: percepções de professores, intérpretes de Libras e alunos Surdos**.166 p. 2018. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná, Brasil, 2018.

SANTOS, Bianca Ribeiro Lages; COSTA, Flaviano. Desafios percebidos por alunos Surdos no ensino da disciplina de contabilidade introdutória nos cursos de ciências contábeis e administração. **Contabilidade Vista e Revista**, v. 30, n. 3, p. 18-45, 2019.

SEGALA, Sueli Ramalho; KOJIMA, Catarina Kiguti. A imagem do pensamento: Libras–língua brasileira de sinais. **São Paulo: Escola Educacional**, 2012.

SOARES, Paulo Henrique Araújo; SOARES, Cíntia Siqueira Araújo. Os desafios do discente disléxico no contexto do ensino superior. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem Estar-RECH**, v. 3, n. 2, Jul-Dez, p. 138-152, jan. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/rech/article/view/5152>. Acesso em: 16 ago. 2019.

SOBRINHO, José Dias. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 18, n. 1, p. 107-126, 2013.

SOUZA, Matheus Silva et. al. **Práticas inclusivas nos cursos de graduação em Ciências Contábeis das universidades federais mineiras**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28513>. Acesso em: 16 ago. 2019.

UNESCO. Declaração de Jomtien. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. 1990.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem. Tradução Brasileira da tradução Inglês do original Russo** de 1934. SP: Martins Fontes, 2ª edição, 1989.

Recebido em 22 de abril de 2020

Aceito em 17 de março de 2021